

Governo terá que refazer estudo para Angra 3

Após ajuste, deverá decidir tamanho de aporte para retomar obras

O governo vai ter que fazer ajustes no estudo sobre a modelagem financeira e orçamentária da usina nuclear de Angra 3. Isso porque, após o acordo alcançado entre União e Eletrobras para que a empresa possa sair dos investimentos, é preciso decidir qual será o aporte público para retomar as obras -com custo total previsto em R\$ 21 bilhões.

A discussão sobre concluir ou não Angra 3, cujas obras foram paralisadas com as investigações da Operação Lava Jato, vem se arrastando mesmo após o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ter entregue, no fim do ano passado, o estudo com os números envolvidos na operação.

O documento levava em conta a Eletrobras como investidora do projeto ao lado da estatal ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional). Mas não houve consenso entre os ministérios que compõem o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) e a decisão sobre executar ou não as obras foi adiada.

Enquanto o governo ainda discute a retomada da construção, a Eletrobras -privatizada em 2022- conseguiu sair do investimento em Angra 3 por não ter interesse no empreendimento. Há cerca de um mês, os acionistas aprovaram um acordo com a União que prevê o seu desligamento do projeto em troca de o Executivo passar a ter cadeiras nos conselhos da companhia.

Ricardo Lycurgo, presidente da Eletronuclear (estatal responsável pelo empreendimento), afirma que o estudo entregue pelo banco estatal considerava 10% de aporte de capital próprio (equity) dos acionistas e 90% de dívida. Agora, esses percentuais podem mudar.

A fatia de 10% equivaleria a R\$ 2,4 bilhões, que seriam divididos entre os acionistas. A Eletrobras ficaria com um terço (cerca de R\$ 800 milhões) e a ENBPar com dois terços (R\$ 1,6 bilhão).

Com a saída da Eletrobras, os custos recaem inteiramente sobre a ENBPar. “Ela precisa saber se há orçamento para isso”, diz Lycurgo à Folha. “Se não houver, teremos que rebalancear equity e debt [dívida]”.

Por isso, Lycurgo afirma que é necessário entender do governo quais serão as premissas a serem adotadas para a modelagem. A partir disso, o BNDES vai ajustar os números do projeto e entregar o novo estudo para uma nova discussão do CNPE.

“Há exigência de um novo estudo. Óbvio que vai se usar muito do que o BNDES já fez, não vai sair do zero. Toda a orçamentação continua. [Mas] tem que ver quais as premissas, porque as premissas passadas não existem mais”, disse em audiência na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (27).

“A Eletronuclear já acionou ENBPar, MME [Ministério de Minas e Energia], Fazenda, AGU [Advocacia-Geral da União], para dizer que, para a gente entender e trabalhar junto com o BNDES no novo estudo, precisamos das premissas.



O governo vai ter que fazer ajustes no estudo sobre a modelagem financeira e orçamentária da usina

de ele bem decidir”.

A discussão é feita em um cenário de restrição orçamentária que vem causando sucessivos desgastes ao governo. Os defensores querem ver o projeto começar a sair do papel ainda em 2025.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, é um dos principais defensores da conclusão de Angra 3. Ele diz que o governo gasta cerca de R\$ 200 milhões por ano apenas com manutenção de

equipamentos já adquiridos e que é preciso ampliar a geração nuclear.

Em seu voto do CNPE, o ministro afirma que o investimento já realizado na usina de Angra 3 é da ordem de R\$ 11 bilhões e que a interrupção do projeto pode gerar uma perda significativa, com impacto direto no patrimônio da ENBPar e possíveis prejuízos à União. Caso a obra seja interrompida, a ENBPar deverá reconhecer uma perda de R\$ 3,3 bilhões, refletindo em perda patrimonial para a empresa.

A não aprovação da outorga

e do preço da energia de Angra 3, segundo o MME, também pode resultar em aportes imediatos de até R\$ 14 bilhões por parte dos acionistas, incluindo a União. Esses aportes seriam necessários para cobrir custos decorrentes da não execução do projeto e da rescisão de contratos com fornecedores, aumentando a carga financeira para o governo e, consequentemente, para a população brasileira.

Mas a defesa é contestada. Os ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente já se manifestaram contra o empreendimento. O engenheiro Jerson Kel-

man, que foi diretor na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), lembra que os custos e prazos envolvidos podem mudar. Ele cita um levantamento que diz que, de um conjunto de 16 mil projetos de infraestrutura, apenas 0,5% foi construído no prazo, dentro do orçamento e com o benefício imaginado.

A Articulação Antinuclear Brasileira (AAB), movimento contrário às usinas nucleares, afirma que o empreendimento é obsoleto, representa riscos ao meio ambiente e é caro.

Por Fábio Pupo (Folhapress)

Unicamp e Petrobras lançam projeto para fomentar startups

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Petrobras assinaram nesta quarta-feira (27), em Campinas (SP), um acordo inédito de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para impulsionar a cadeia de energia, óleo e gás no país. Com duração de três anos, o projeto que recebeu o nome de Enfuse (Entrepreneurship for Future and Sustainable Energy) é voltado à criação de startups de alta tecnologia, conhecidas como hard techs, no setor de energia.

A iniciativa busca desenvolver e validar metodologias de gestão eficazes para um programa de formação de recursos humanos técnicos e de empreendedores, que possa ser replicável em outras regiões do país. O objetivo é fortalecer o setor energético brasileiro - a cadeia nacional de fornecedores de alta tecnologia - fomentando o desenvolvimento de empresas de base científica e tecnológica que poderão fornecer soluções inovadoras para o setor.

A cerimônia de assinatura do acordo contou com a presença de Paulo César Montagner, reitor da Unicamp, de Adriana Flosi, Secretária de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação de Campinas, na ocasião representando Wanderley de Almeida, prefeito de Campinas em exercício, de Jullio Cesar Leite, gerente geral de gestão da ino-



Parceria inédita de pesquisa, desenvolvimento e inovação

vação na Petrobras, de Luciano Felipe de Carvalho Rodrigues, pesquisador em inovação na Petrobras, de Ana Maria Frattini Filetti, pró-reitora de Pesquisa da Unicamp, de Renato Lopes, diretor-executivo da Inova Unicamp, de Ruy Quadros, professor titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências da Unicamp, e de Marcelo Souza de Castro, diretor do CEPETRO e coordenador do Projeto.

“Nosso maior desafio é transformar pesquisa de ponta em soluções práticas para o setor. Se a metodologia se mostrar eficaz, ela poderá ser adotada em todo o país, ajudando o Brasil a se tornar

um polo de desenvolvimento de empresas de tecnologias energéticas”, explica o professor Marcelo Souza de Castro, diretor do Centro de Estudos de Energia e Petróleo (CEPETRO) da Unicamp e coordenador do projeto de PD&I.

O acordo de pesquisa da Unicamp aprovado na chamada 1746/2024 da Petrobras será executado pelo Centro de Estudos em Energia e Petróleo da Unicamp (CEPETRO), em parceria com a Agência de Inovação da Unicamp (Inova Unicamp), o Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências (IG) e a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP).